



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DOS PALMARES

Estado de Pernambuco

Casa Manoel Gomes da Cunha

Parecer unificado

Parecer da **Comissão de Justiça e Redação e Finança e Orçamento**, aos Projetos de Lei de autoria do prefeito do Município de Palmares, Senhor José Bartolomeu de Almeida Melo Junior, que dispõe sobre a alienação, mediante doação, com encargo, de bem imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal às Empresas:

J B MACEDO COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA;

ALEXANDRE DIEGO PEREIRA;

FRANCISCO DE ASSIS SOUZA;

ATACADÃO DOS COSMETICOS LTDA;

LUCINEIDE ALVES DE MELO – ME;

UNA REBOQUE LTDA; e dá outras providências.

Primeiramente, vale salientar, que é possível a realização de doação de bens públicos municipais para privados, desde que haja expressa previsão em Lei Municipal, nos termos da ADIn 927-3 – que, em sede de liminar, suspendeu a restrição do artigo 17, inciso I, b, da Lei nº 8.666/93, em relação aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, que podem tratar de modo diverso sobre a disposição de seus bens.

Para que haja a devida alienação de forma lícita e legal, determinados requisitos devem ser observados, como interesse público justificado; avaliação prévia; autorização legislativa; desafetação e licitação na modalidade concorrência.

Em se tratando da licitação como procedimento, tal dispensa é prevista caso haja a previsão de encargos e o atendimento de interesse social devidamente justificado, assim, invocando o que preceitua o art. 17, §4º, da Lei 8.666/199, fica evidente a possibilidade de se utilizar a dispensa de licitação caso a donatária pretenda implantar infraestrutura social de interesse público no município, como é o caso concreto aqui em questão.

Além disso, a **Lei Orgânica do Município dos Palmares – PE**, no que se refere a alienação (gênero do qual a doação é espécie) de bens públicos, dispõe que:

Art.56 – A alienação de bens móveis e imóveis do Município, de suas autarquias e fundações, será sempre precedida de autorização legislativa, de avaliação e licitação pública, sendo esta dispensada nos seguintes casos:

[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DOS PALMARES

Estado de Pernambuco

Casa Manoel Gomes da Cunha

III – doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;

Ainda, os devidos Projetos de Leis de autoria do chefe do executivo tem por finalidade incentivar construção e criação de atividades particulares de interesse coletivo, onde o maior beneficiado é a população de nosso município, que irá usufruir da geração de empregos e conseqüente aumento da economia local, aumentando a receita dos cofres públicos.

Diante disso, as doação dos terrenos, com encargo, à todas as empresas acima citadas, além de fundamental para o interesse da coletividade, está em conformidade com a Lei Orgânica do Município dos Palmares, o Regimento Interno desta Casa Legislativa, e demais dispositivos constitucionais e legais, por isso submete á apreciação da Câmara Municipal de Vereadores.

Desta forma, os referido Projetos de Lei encontram-se devidamente aptos para votação, uma vez que atende aos princípios legais, pugnando esta comissão por sua tramitação.

Face o exposto, emitimos nosso parecer **favorável**, com sua devida e livre tramitação no Plenário desta Casa, propondo aos nobres Vereadores que a matéria seja votada em 1º e 2º discussão e votação, com redação final.

É este, portanto, o nosso Parecer.

Sala das Comissões em 09 de Novembro de 2021

Justiça e Redação

Presidente: _____

Relator: _____

Vogal: _____

Finança e Orçamento

Presidente: _____

Relator: _____

Vogal: _____